

i 18-11-2022	Periodicidade: Diário Classe: Informação Geral Âmbito: Nacional Pagina(s): 1,32
-----------------	--

Covid-19.

Dois terços

dos apoios

foram

desperdiçados

// PÁG. 32



CIP defende que tem alertado para esta situação há muito tempo

MAFALDA GOMES

Dois terços dos apoios prometidos foram “desperdiçados”

Confederação Empresarial de Portugal (CIP) reage ao relatório do Tribunal de Contas e diz que conclusões são “graves e preocupantes” mas não surpreendem.

DANIELA SOARES FERREIRA
daniela.ferreira@ionline.pt

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP) reagiu esta quinta-feira à auditoria do Tribunal de Contas (TdC) que arrassa a resposta do Governo à crise económica da covid-19 e que mostra que dois terços dos apoios prometidos na pandemia pelo Executivo de António Costa foram desperdiçados.

Para a Confederação liderada por António Saraiva, as conclusões “confirmam o que a CIP tem vindo a dizer nos últimos meses” e defende que as mesmas são “graves e muito preocupantes” mas que, no entanto, “não surpreendem”.

“Apenas 37,5% dos apoios tiveram execução financeira pelo Governo; e 90% desses apoios foram de garantias públi-

cas para crédito bancário. Ou seja, dois terços das políticas públicas anunciadas pelo Governo para fazer face ao impacto da pandemia falharam os objetivos: proteger e ajudar as empresas num momento de extrema dificuldade”, avança a CIP, acrescentando que estes resultados “colocam as empresas nacionais em desvantagem perante as congéneres europeias, com quem competem diretamente, uma vez que os apoios que lhes foram prometidos não só foram executados como de valor mais elevados”.

Mas as críticas não se ficam por aqui. Em comunicado, a CIP adianta ainda que “é impossível recuperar o passado, mas é importante cuidar do futuro e evitar os mesmos erros”.

E reacende o assunto Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): “É funda-

mental garantir que os fundos do PRR e os outros instrumentos de apoio económico não tenham o mesmo desfecho”, disse, lembrando que se estes problemas se repetirem com o PRR, “significaria o fim para muitas empresas” com “um forte impacto no emprego”.

E acrescenta: “É fundamental que as empresas consigam garantir a robustez necessária para enfrentarem o momento atual e, assim, consigam superar os choques inflacionário e energético em curso”.

Recorde-se que, segundo o TdC, o Governo não determinou “com rigor” as necessidades decorrentes do impacto económico da pandemia, e falta informação sobre as medidas extraordinárias tomadas e “transparência” e “escrutínio” públicos no que diz respeito à sua eficácia.